



RELATÓRIO

APRESENTAÇÃO

O I Fórum Nacional de Educação Farmacêutica, intitulado “O Farmacêutico que o Brasil necessita”, foi realizado em Brasília nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007. A proposta para a realização deste fórum partiu do diálogo entre o Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde e a Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico (ABENFAR) a cerca da necessidade de serem definidos direcionamentos para a educação farmacêutica em todos os níveis: da qualificação dos profissionais dos serviços de saúde à formação na graduação e pós-graduação em farmácia.

A história do ensino farmacêutico no Brasil (com início datado de 1832) pode ser contada com base nas tentativas de alteração e uniformização curriculares. Mais expressivamente, influem sobre a situação atual os currículos mínimos de 1962 (Parecer 268 do CFE) e de 1969, que regulou a graduação em Farmácia até 2002. Nos anos 80 o papel do farmacêutico na sociedade passou a ser tema de discussão na categoria, acompanhado necessariamente da discussão sobre a educação farmacêutica. Em 1987, capitaneado pelos estudantes e pela FENAFAR, o I Seminário Nacional sobre Currículo de Farmácia inicia um processo de ampla discussão nacional, que culmina, em 1995, com o encaminhamento ao Ministério da Educação da “Proposta de Reformulação do Ensino de Farmácia no Brasil”. Outros eventos regionais e nacionais também foram promovidos na época com o intuito de colaborar na construção de novas diretrizes curriculares para a graduação em Farmácia.

A publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002 (DCN, Resolução CNE/CES 02/2002) foi um importante marco histórico para a profissão ao determinar que a formação do farmacêutico deve ter como foco a preparação para atuar no Sistema Único de Saúde, articulado ao contexto social, participando e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, corroboram os princípios também divulgados pela Federação Internacional de Farmacêuticos, a Organização Mundial da Saúde e as entidades nacionais que vinham construindo propostas para a educação farmacêutica. Após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002 (DCN, Resolução CNE/CES 02/2002) as dificuldades geradas na sua interpretação e aplicação direcionaram as discussões na área da educação farmacêutica, que ficaram concentradas nas formas de implementar as novas diretrizes.

O contexto atual apresenta-se em um quadro de carência de regulação por parte do Conselho Nacional de Educação sobre a definição da carga horária, duração e conteúdos mínimos para a formação do farmacêutico, grande aumento do número de cursos de farmácia com diferentes constituições, âmbito profissional para o farmacêutico bastante amplo e demandas sociais para este profissional que exigem respostas urgentes do campo da educação.

Para a realização do I Fórum Nacional de Educação Farmacêutica foi estabelecida parceria entre DAF/SCTIE/MS e ABENFAR. Todos os Cursos de Farmácia cadastrados junto ao MEC e diversas entidades de representação da classe farmacêutica e dos estudantes de farmácia foram convidadas a participar do evento através de contato por carta ou e-mail. Cento e vinte pessoas compareceram ao I Fórum, representando instituições de ensino, estudantes e entidades representativas de todas as regiões do país.

A programação do I Fórum privilegiou a participação ativa dos presentes, através de Espaços de Diálogo formados por quatro grupos de discussão. O estímulo para os debates foi proporcionado inicialmente por uma mesa de apresentação dos temas de interesse para o Fórum. As propostas desenvolvidas pelos grupos de discussão foram apresentadas e comentadas

no encerramento do evento por representantes de entidades diretamente relacionadas à educação farmacêutica como INEP, CAPES, SESU/MEC, DEGES/MS, FENEFAR, ENEFAR, além do DAF/MS e ABENFAR.

O tema central para o Fórum, **“O Farmacêutico que o Brasil necessita”**, teve por objetivo estimular a construção de propostas para a educação diretamente relacionadas com a realidade social do país e as demandas da sociedade, especialmente do SUS, para o farmacêutico. Os sub-temas Articulação entre Graduação e Serviços de Saúde, Qualificação do Farmacêutico para o Sistema de Saúde, Pesquisa, Pós-graduação em Farmácia, Avaliação e Regulação da Educação Farmacêutica e Formação e Qualificação de Professores também foram debatidos nos grupos.

Como respostas já encaminhadas pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos/SCTIE/MS, pode-se citar o convite enviado ao Curso de Farmácia a concorrer ao Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde, contendo as diretrizes para a elaboração de projetos na área de Farmácia que serão considerados pela Comissão Assessora do Pró-Saúde no julgamento das propostas (Anexo). Ainda dando continuidade à parceria com o Departamento de Gestão da Educação na Saúde/SGTES/MS, o DAF publicou a Portaria n. 362 de 28 de fevereiro de 2008 aprovando incentivo financeiro para os municípios que sediarem projetos Pró-Saúde de farmácia em 2008. Outras ações em construção também buscam dar conseqüência ao I Fórum Nacional de Educação Farmacêutica, encaminhando importantes propostas construídas que, com certeza, colaborarão para a conquista do Farmacêutico que o Brasil necessita.

PROGRAMAÇÃO

Data/Horário	Atividade
13/12 09:00	<p>Abertura: Dirceu Barbano – DAF/SCTIE/MS Luiz Henrique Costa – ABENFAR Rubens Martins – SESU/MEC Norberto Rech – Diretor de Educação da FENAFAR; Diretor adjunto do Presidente da ANVISA Tereza Passarella – DEGES/SGETES/MEC Francisco Batista Jr. – Conselho Nacional de Saúde Maria do Socorro Cordeiro – FENAFAR</p>
09:30 – 11:00	<p>Painel: - A área farmacêutica no contexto da saúde brasileira: demandas atuais e perspectivas para o setor. (Dirceu Barbano – DAF/MS) - O setor farmacêutico e o desenvolvimento nacional. (Norberto Rech – ANVISA) - A formação do farmacêutico que o Brasil necessita: perspectivas acadêmicas e sociais. (Luiz Henrique Costa – ABENFAR)</p>
11:00 – 12:30	<p>Organização e início do Espaço de Diálogo¹ 1 <u>Pergunta geradora:</u> - De que formas a educação farmacêutica pode atender das demandas do sistema de saúde brasileiro? - na geração de conhecimento para o desenvolvimento científico e tecnológico do país - no atendimento das demandas dos serviços de saúde - na intervenção sobre as necessidades sociais do país</p>
14:00 – 16:30	Continuação Espaço de Diálogo 1
17:00 – 18:30	Relatos dos grupos e discussão.
14/12 8:30 – 11:00	<p>Espaço de diálogo 2: <u>Pergunta geradora:</u> a partir da primeira pergunta geradora, os grupos devem discutir formas pelas quais as áreas específicas indicadas abaixo devem contribuir para que a educação farmacêutica atenda as demandas do sistema de saúde brasileiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articulação entre graduação e serviços de saúde - Qualificação do farmacêutico para o sistema de saúde - Pesquisa - Pós-graduação em Farmácia (Residências, Especialização, Mestrado, Doutorado) - Avaliação e regulação da educação farmacêutica - Formação e qualificação de professores
11:30 – 12:30	Relatos dos grupos e discussão.
14:00 – 16:30	<p>Apresentação do Relatório de Propostas dos Espaços de Diálogo (Luiz Henrique Costa – ABENFAR) Debate e posicionamentos institucionais sobre as propostas geradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Luiz Henrique Costa – ABENFAR - Rubens Martins – SESU/MEC - José Miguel do Nascimento Jr. – DAF/SCTIE/MS - Thais Campos - DEGES/SGETES/MS - Katia Flavia Fernandes - INEP - Suely Galdino – CAPES - Beatriz Penha Amorim – ENEFAR - Rilke Novato - FENEFAR -
17:00	Sessão de Encerramento e Encaminhamentos

¹ Objetivo dos Espaços de Diálogo é promover a construção conjunta de propostas para diretrizes de políticas relacionadas à Educação Farmacêutica. Serão conduzidos de forma participativa, em que todos os participantes serão convidados a colaborar na construção de respostas as perguntas geradoras propostas na programação. Os Espaços serão compostos por 4 grupos de participantes com um Coordenador e um Relator por grupo.

Percepção da situação atual

Por meio da primeira atividade solicitada aos participantes – que expressassem sua percepção do momento atual da educação farmacêutica – foi construído um diagnóstico sintético da educação farmacêutica, com destaque para os pontos descritos abaixo:

- Distanciamento entre realidade da social (especialmente da saúde pública) e a academia;
- Demandas da sociedade e do SUS para o farmacêutico, que não são atendidas plenamente pelo aparelho formador;
- Problemas relacionados à falta do estabelecimento de carga-horária mínima – resultando em grandes variações de carga-horária entre os cursos;
- Problemas relacionados às Diretrizes Curriculares (Res 02/2002) que permitem interpretações muito variadas, resultando na existência de cursos com perfis muito diferentes, com focos de formação diferentes – o que coloca em questionamento o perfil “generalista”. Sobre este aspecto, foram relatadas as seguintes situações:
 - Perdas importantes de carga-horária, conteúdos e estágios, em áreas de atuação do farmacêutico (especialmente análises clínicas, tecnologias);
 - Modificações superficiais na estrutura dos cursos, que não permitem a reorientação do modelo de formação – que resulte em reorientação do modelo de atenção à saúde;
 - Algumas experiências de formação com currículo reformulado com base nas Diretrizes Curriculares de 2002 que indicam considerável avanço na formação do farmacêutico para atuação no sistema saúde.
- Autonomia das Universidades: considerações positivas no sentido de permitir a construção de projetos pedagógicos conectados com a realidade regional e das universidade; por outro lado, considerações de

preocupação por permitir a criação indiscriminada de cursos e perfis de formação não adequados às necessidades sociais;

- Abertura de novos cursos sem vinculação com necessidade social ou demanda;
- Escassas oportunidades de práticas interdisciplinares e intersetoriais;
- Manutenção do modelo de formação tecnicista e biologicista.

Imagem-objetivo: a educação para o farmacêutico que o Brasil necessita.

A partir do diagnóstico relatado inicialmente, os participantes foram instigados a indicar qual o perfil do profissional farmacêutico e o modelo de educação que esperam que se concretize no futuro próximo. As respostas indicam o seguinte quadro:

- Farmacêutico como profissional de saúde, preparado para o Sistema Único de Saúde, capaz de intervir social, científica e criticamente sobre os problemas de saúde e sobre o sistema de saúde;
- Profissional farmacêutico com competência para promover a integralidade da atenção à saúde, de forma ética e interdisciplinar;
- Farmacêutico com domínio técnico e político-humanista; com competência para o gerenciamento e o cuidado de saúde;
- Profissional farmacêutico necessário para o sistema de saúde e valorizado pela sociedade;
- Educação capaz de formar cidadãos;
- Modelo de educação farmacêutica baseado na integralidade e complexidade social;
- Educação farmacêutica interdisciplinar, fortemente relacionada aos serviços de saúde e à sociedade.

PROPOSTAS

Com o objetivo de estimular a construção e o debate de propostas para a orientação da educação farmacêutica, foi utilizada a metáfora de uma “ponte” entre a situação atual e aquela almejada. Instigados a propor formas de sair do quadro atual e alcançar o farmacêutico que o Brasil necessita, os quatro grupos de participantes produziram as propostas relatadas a seguir. As propostas foram categorizadas em Proposições Gerais, Oferta de Pós-graduação, Fomento para a Pesquisa, Conteúdos e Estratégias pedagógicas, Integração Academia – Serviços de Saúde, Avaliação e regulação da educação farmacêutica, Formação dos profissionais dos serviços.

1. Proposições gerais:

- a) Normatizações do poder público que garantam a formação e a inserção do profissional farmacêutico no serviço.
- b) Discutir a identidade profissional que temos e que queremos ter - as atuais diretrizes não permitem a formação de um generalista, e sim um profissional polivalente em generalidades;
- c) Rediscutir a proposta do currículo generalista (regido pela RES 02/2002) para possibilitar também uma boa formação nas áreas diferentes da assistência e atenção farmacêutica; exemplos citados: a indústria farmacêutica tem ficado em segundo plano; a formação em análises clínicas tem sido prejudicada no currículo atual;
- d) Não utilizar do termo generalista para o farmacêutico;
- e) Ter como eixo fundamental da formação do farmacêutico toda a cadeia produtiva do medicamento – área privativa do farmacêutico – tendo, no entanto, a saúde em termos individuais e coletivos como objetivo final das atividades farmacêuticas;

- f) Integrar o ensino e as práticas farmacêuticas nas análises clínicas ao contexto da saúde pública.
- g) Centrar a formação do farmacêutico na assistência farmacêutica (desde a produção até a dispensação) e de forma complementar, outras áreas que se refiram ao âmbito farmacêutico;
- h) Proporcionar no processo educacional a compreensão integral do SUS; o SUS perpassa vários aspectos complexos e a formação precisa perpassar os mesmos aspectos complexos, desde o desenvolvimento tecnológico até o cuidado em saúde;
- i) A formação deve atender às demandas do sistema de saúde, com novos modelos de atenção, prioridades de pesquisa e de serviços, demandas regionais;
- j) Conceituar e trabalhar a interdisciplinaridade; deve-se repensar os conteúdos de forma interdisciplinar e sensibilizar os professores para aumentar a participação docente nesse processo;
- k) Estimular a discussão política nos cursos, com docentes, discentes, dirigentes educacionais e sociedade.;
- l) Discutir mudanças para o modelo econômico e a nossa participação social, o que significa incrementar a discussão e a participação política da classe docente;
- m) Compreender e ensinar o cuidado humanizado como uma construção cultural; há necessidade de criação de novos parâmetros para o cuidado farmacêutico - criação de novos modelos de atenção à saúde;
- n) Formar o profissional para transformar a sociedade e não apenas para atender ao mercado de trabalho posto;

- o) Estruturar o Ensino de Graduação com práticas em serviços de saúde e reflexões sobre eles (setores público e privado);
- p) Incrementar as ações indutoras de mudanças na educação farmacêutica com enfoque na interação com o serviço, por parte do MS e MEC (Ex: Pró-Saúde);
- q) Promover investimentos na infra-estrutura das Universidades Públicas;
- r) Ampliar a participação do Ministério da Educação no processo de mudança da formação farmacêutica;
- s) Programar formas de trabalho articulado com MEC e MS, para a qualificação dos profissionais na área assistencial (não somente do farmacêutico), visando capilarizar os resultados do I Fórum;
- t) Promover o ensino por meio de diversos espaços sociais, compreendendo que o currículo é apenas um dos aspectos da formação profissional,
- u) Espaços das universidades devem privilegiar a formação de cidadãos e atuar para mudar e melhorar a sociedade.

2. Oferta de Cursos de Pós-graduação:

- a) Estimular a criação e direcionamento da pós-graduação para as necessidades do SUS, estimulando a interação serviços/academia na troca de experiências e construção conjunta do conhecimento;
- b) Gerar condições para que os profissionais dos serviços de saúde possam cursar Mestrados (acadêmicos ou profissionalizantes) e Doutorados que possam colaborar para o desenvolvimento científico e técnico de questões relacionadas aos serviços.

- c) Definir a inclusão nos Programas de Pós-Graduação em Farmácia (mestrado e doutorado) de estratégias pedagógicas (disciplinas, seminários, etc) que discutam o sistema de saúde e a educação farmacêutica;
- d) Determinar a responsabilidade de farmacêuticos, serviços de saúde e programas de pós-graduação na geração e aplicação de pesquisas, conhecimentos e práticas direcionados para contribuir com a melhoria dos serviços e da qualidade de vida da população.
- e) Apontar diretrizes para a criação e apoio de programas de Pós-Graduação *lato sensu*, como uma alternativa para a educação continuada na área da Farmácia, em instituições de ensino superior públicas e privadas;
- f) Apoiar o desenvolvimento de cursos de especialização na área de assistência farmacêutica;
- g) Solicitar ao MEC a capacitação de ativadores de mudança na Pós-Graduação;
- h) Atuar junto ao MS e MEC para fortalecimento dos Programas de Residência Multiprofissional (incluindo o farmacêutico) e das Residências específicas da área farmacêutica;
- i) Indicar diretrizes para que os programas de residência tenham como objetivo a qualificação de profissionais voltados para o SUS;
- j) Formar pesquisadores e professores para Atenção Farmacêutica, com programas de pós-graduação específicos para essa área e integrados a práticas profissionais;
- k) Buscar apoio junto às escolas de saúde pública para o desenvolvimento de cursos de especialização (a exemplo da experiência de MG);

- l) Buscar apoio dos Institutos de fomento (CNPq, Capes FAPs) e do Ministério da Saúde para implantação de cursos de mestrado e doutorado na área da Assistência Farmacêutica;
- m) Buscar junto ao MEC e MS formas de fomentar bolsas de Pós-Graduação na área de Assistência Farmacêutica;
- n) Criar mecanismos de avaliação da qualidade dos cursos de especialização (especialmente para verificar o enfoque de qualificação para os serviços farmacêuticos e o oferecimento de atividades práticas).

3. Fomento para pesquisa:

- a) Promover a articulação do MS, ANVISA, MEC, CNPq, CAPES, FNEPAS para ampliação de fomento de pesquisa em estudos aplicados na Assistência Farmacêutica e o cuidado em saúde;
- b) Solicitar a formalização da sub-área de conhecimento na área da Farmácia no CNPq, que inclua a Assistência Farmacêutica e temas relacionados e conseqüentemente, a discussão de ações indutoras para o desenvolvimento da sub-área;
- c) Estimular o desenvolvimento de pesquisa em método de ensino e infraestrutura para ensino farmacêutico, estabelecendo-se linhas de pesquisa;
- d) Adequar a avaliação da pesquisa para área de Assistência Farmacêutica;
- e) Sensibilizar o corpo de editores e avaliadores para a importância da publicação e aplicação dos temas relacionados à Assistência Farmacêutica (área clínica, gerencial, comunitárias, entre outras);

Formatados: Marcadores e numeração

- f) Estimular o desenvolvimento científico e tecnológico de modelos assistenciais para área farmacêutica;
- g) Estimular o desenvolvimento e fomento das pesquisas de interesse nacional voltadas para o desenvolvimento do país;
- h) Promover continuamente a inovação tecnológica em todas as áreas do conhecimento.

4. Conteúdos e estratégias pedagógicas dos cursos de farmácia:

- a) O Projeto Político Pedagógico deve ser construído coletivamente, articulado nas diversas áreas e a participação de todos como forma que permita aos atores compreenderem sua inserção no curso, como elementos transformadores da formação profissional, tornando o estudante um ator ativo no processo;
- b) Identificar um eixo comum de formação para o farmacêutico, com ênfase na Assistência Farmacêutica (tecnologia e serviço), respeitando as características e necessidades regionais;
- c) Aumentar a carga horária na área de Assistência Farmacêutica e/ou Saúde Pública no cursos de graduação em farmácia;
- d) Garantir a formação do farmacêutico para atuação em Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica;
- e) Incluir conteúdos de antropologia, sociologia, filosofia, psicologia e saúde coletiva, de preferência de forma obrigatória, nos currículos dos cursos de farmácia, respeitando as diretrizes curriculares nacionais;
- f) Promover a discussão e uma releitura sobre a disciplina de Deontologia;

- g) Inclusão do ensino de práticas de saúde integrativas e complementares nos cursos de graduação e pós-graduação em farmácia;
- h) Fomentar a discussão, compreensão e aplicação prática da interdisciplinaridade;
- i) Propor ações de formação sobre práticas avaliativas formativas, com “feedback” para os estudantes (avaliação como instrumento de aprendizado).
- j) Regulamentar as atividades complementares (Atividades acadêmicas curriculares adicionais);
- k) Incluir conteúdos e/ou disciplinas na graduação voltadas para políticas públicas;
- l) Promover formas de integração das IES com entidades de classes para conhecer a realidade profissional e as necessidades específicas da formação;
- m) Estimular o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares durante a graduação, onde se trabalhe a integralidade e aspectos humanísticos do cuidado em saúde;
- n) Definir a obrigatoriedade de estágios como disciplinas obrigatórias durante a formação em graduação (não apenas estágio final);
- o) Discutir propostas de mudanças na composição da carga-horária dos cursos de graduação que propicie maior espaço para a formação, tendo como perspectiva a complexidade da realidade social e do processo formativo, a sensibilização do estudante, a articulação com projetos de extensão;

- p) Estimular a inserção dos estudantes em outros espaços de ensino-aprendizagem, não somente na Farmácia (p.ex. trabalho em grupos, salas de esperas, visitas domiciliares, programas comunitários);
- q) Fomentar a participação de docentes e estudantes de farmácia de atividades de extensão universitária;
- r) Estimular a maior participação de professores, estudantes de farmácia e farmacêuticos nas instâncias de controle social;
- s) Garantir a efetiva vivência em serviços públicos de saúde como parte obrigatória da formação do farmacêutico na graduação e pós-graduação.

5. Integração academia-serviços de saúde:

- a) Promover atividades formativas de farmacêuticos, em nível de graduação e pós-graduação, em serviços de saúde em todos os níveis de atenção e todo o âmbito de atuação do farmacêutico, incluindo a gestão dos serviços e atenção básica (Estratégia de Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde e Promoção da Saúde);
- b) Criar modelos de convênios entre IES e Secretarias de Saúde visando estabelecer atividades de integração ensino-serviços em todos os níveis de atenção, projetadas e articuladas com o Projeto Político Pedagógico dos Cursos e o planejamento dos serviços;
- c) Fomentar e implantar serviços docentes assistenciais;
- d) Fortalecimento das redes docente-assistenciais já existentes para alcançar a intersectorialidade e a interdisciplinaridade e criação de novas redes;

- e) Estimular a discussão com os gestores de sistemas de saúde sobre a receptividade, interação e critérios de participação dos estudantes nos serviços (não inserir o estagiário para suprir a falta de profissionais);
- f) Rediscutir, avaliar e fomentar o VER-SUS;
- g) Propor a criação de um Ver-SUS professores;
- h) Estimular a formação de grupos de educação tutorial;
- i) Estimular e estabelecer convênios entre instituições de ensino e instituições públicas de saúde (a exemplo do convênio da SESU com laboratórios oficiais para estágios) não dependentes de acordos financeiros, para possibilitar a realização de estágios curriculares;
- j) Promover formas de articulação ensino-serviço em que seja aplicado como contra-partida à oferta de estágio a capacitação para os servidores nas IES;
- k) Articular e estimular as IES para a elaboração de projetos para concorrer ao Pró-Saúde;
- l) Fomentar a adequação das Unidades de Saúde para receber estudantes de graduação e/ou residências, com diretrizes e estratégias de implementação do MS;
- m) Estabelecer parâmetros para o espaço físico destinado aos serviços de farmácia nas Unidades de Saúde;
- n) Possibilitar a participação da academia no processo de implantação de Farmácias Populares e laboratórios públicos de análises clínicas como cenário da interação graduação-serviço;

- o) Promover e estimular as ações indutoras de mudanças na educação farmacêutica com enfoque na interação com o serviço, por parte do MS e MEC. (Ex: Pró-Saúde);
- p) Promover formas de estímulo dos profissionais dos serviços de saúde para a efetiva participação no processo formativo (preceptoria ou supervisão);
- q) Discutir a promoção da qualificação do preceptor para receberem os estudantes nos estágios, de forma articulada com MS e MEC;
- r) Estimular o estabelecimento de propostas de criação de farmácias escola em convênio com Secretarias de Saúde, em vários níveis de atenção à saúde, envolvendo docentes, profissionais, estudantes, interação com disciplinas (aulas práticas, discussão do modelo), desenvolvimento de modelo assistencial, pesquisa e extensão;
- s) Fomentar projetos e/ou eventos que tenham por objetivo qualificar a gestão e dispensação de medicamentos no Sistema Único de Saúde através de colaboração com MS, ANVISA e instituições de ensino;
- t) Pleitear que concursos públicos exijam formação específica para o SUS e que as provas dos concursos sejam adequadas a conteúdos do SUS;
- u) Estimular a discussão com o gestor sobre a receptividade e a interação dos estudantes no serviço e a discussão sobre os critérios a serem estabelecidos para a presença do estudante no serviço (não usar o estagiário para suprir a falta de profissional);
- v) Estimular a integração das atividades de estagiários com a atuação do residente, em convênio com a Secretaria de Saúde;

6. Formação dos profissionais dos serviços:

- a) Criar e implementar a educação continuada dos profissionais farmacêuticos atuantes nos serviços de saúde públicos e privados;
- b) Desenvolver a formação de profissionais de nível técnico para o trabalho auxiliar ao farmacêutico nas unidades de saúde;
- c) Promover a capacitação do farmacêutico para atuar na promoção do Uso Racional de Medicamentos, especialmente para as patologias mais prevalentes;
- d) Fomentar a criação e oferta de cursos de pós-graduação destinados à qualificação da Assistência Farmacêutica;
- e) Estimular a participação dos farmacêuticos atuantes nos serviços públicos de saúde em programas de pós-graduação que tenham por objetivo dar retorno técnico-científico para os serviços de saúde.

7. Avaliação dos Cursos de Graduação:

- a) Acompanhar o processo de avaliação dos cursos de graduação promovido pelo MEC e seus resultados sobre as condições de oferta dos cursos;
- b) Promover a definição da carga horária mínima para os cursos de farmácia e sua legitimação junto ao MEC;
- c) Definir os conteúdos imprescindíveis para que o profissional adquira o perfil estabelecido nas diretrizes curriculares e necessário para atender às necessidades do sistema de saúde;

- d) Definir a necessidade de submissão das propostas de abertura novos cursos de farmácia ao Controle Social e/ou a outras formas de regulação do processo de abertura;
- e) Acompanhar a qualidade das propostas encaminhadas dentro do REUNI;
- f) Discutir uma sistematização que oriente os Cursos de Graduação em Farmácia na utilização dos indicadores gerados pelo ENADE, como forma de melhorar a qualidade de oferta do Curso;
- g) Promover a discussão das matrizes curriculares em implantação e sua avaliação, como forma de subsidiar as melhorias;
- h) Inserir formas de avaliação das mudanças no modelo de formação do farmacêutico para o atendimento das necessidades do sistema de saúde no sistema de avaliação dos cursos de graduação do INEP;
- i) Definir parâmetros/indicadores de qualidade e formas de mensuração do processo de mudança da formação e implantação das diretrizes curriculares;
- j) Garantir que as questões relacionadas à educação farmacêutica sejam representadas pela Associação de Ensino.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A participação expressiva, motivada e entusiasmada dos professores, acadêmicos e profissionais farmacêuticos presentes no I Fórum Nacional de Educação Farmacêutica demonstrou o grande comprometimento da categoria na construção de um modelo de educação e de atuação farmacêutica que respondam ativa e decisivamente às demandas sociais e ao desenvolvimento do país. Denotam ainda o amadurecimento das reflexões em torno do “Farmacêutico que o Brasil necessita”, definido nas propostas como um agente da saúde pública, tecnicamente preparado e politicamente consciente e ativo.

A discussão das propostas junto aos representantes de entidades diretamente relacionadas à educação farmacêutica proporcionou esclarecimentos para os participantes e, principalmente, o estabelecimento do compromisso destas entidades de incorporar nas suas reflexões e ações as propostas levantadas neste fórum. Desta forma, pode-se considerar que os mais importantes encaminhamentos deste evento já foram iniciados: o diálogo com as instituições de ensino, de pesquisa, de regulação e representação profissional; a incorporação do debate sobre o perfil do farmacêutico e sua formação; a mobilização nacional em torno do tema.

Para o futuro, temos como compromisso buscar o aprimoramento e realização das propostas aqui apresentadas, movimento já iniciado, num processo de constante construção – realização – avaliação em busca do farmacêutico e da saúde que o Brasil necessita.

Equipe:

Organização:

Silvana Nair Leite – Doutora em Saúde Pública, Professora do Curso de Farmácia e do Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí-SC, Consultora Técnica do Departamento de Assistência Farmacêutica/SCTIE/MS.

José Miguel do Nascimento Jr. – Mestre em Saúde Pública, Professor do Curso de Farmácia da Universidade do Vale do Itajaí-SC, Coordenador Geral de Assistência Farmacêutica Básica do Departamento de Assistência Farmacêutica/SCTIE/MS.

Luiz Henrique Costa - Mestre em Saúde Pública, Professor do Curso de Farmácia da Universidade Regional de Blumenau-SC. Presidente da Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico – ABENFAR.

Sistematização:

Silvana Nair Leite

Colaboração:

Paulo Roberto Boff – Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL/-SC

Maria Helena Braga – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF/MG,
ABENFAR

Norberto Rech - ANVISA

Luciano Soares- Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE/SC

Caroline Junkes – Comissão de Ensino do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina

Célia Chaves – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/RS

Hellen Miyamoto – Conselho Regional de Farmácia de São Paulo

Luciana Carvalho Fernandes – UNIVATES/RS

Ranieri Camuzi – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro,
Universidade Gama Filho – UGF/RJ

Mareni Rocha Farias – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/SC

Cleudson Valgas – Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL/-SC

Cristiane Barelli – Universidade de Passo Fundo – UPF/RS

Elfriede Bacchi – Universidade de São Paulo – USP/SP, ABENFAR

Apoio técnico:

Nair Souza – Departamento de Assistência Farmacêutica/SCTIES/MS

ANEXOS



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS.
Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Ed. Sede, 8º Andar – Sala 835
CEP: 70.058-900 - Brasília – DF

Ofício Circular nº:04/2008/DAF/SCTIE/MS

Brasília, 17 janeiro de 2008.

Assunto: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde

Prezado(a) Professor(a)

1. O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação publicaram a PORTARIA INTERMINISTERIAL N. 3019, em 26 de novembro de 2007 e o EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2007, em 11 de dezembro de 2007 (Anexo 01), referentes à apresentação de propostas para a seleção de projetos de Instituições de Educação Superior (IES) em conjunto com Secretarias de Saúde para participação no Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - PRÓ-SAÚDE.

2. O Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos/SCTIE/MS, considerando:

- as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia (RES CNE 02/2002),
- as propostas aprovadas pela 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, de 2003,
- os princípios definidos pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica (RES CNS 338/2004),
- as propostas elaboradas no I Fórum Nacional de Educação Farmacêutica, de dezembro de 2007,
- a necessidade de transcender o entendimento de Assistência Farmacêutica como logística de fornecimento do produto medicamento

Buscou parceria com DEGES/SGTES/MS, FENAFAR e ABENFAR para refletir sobre os problemas identificados pelo DAF na qualificação dos profissionais envolvidos com a Assistência Farmacêutica em todos os níveis de gestão do SUS e as potencialidades do Programa Pró-Saúde no redirecionamento da formação farmacêutica. Deste processo resultou um elenco de prioridades para formação do profissional farmacêutico a serem aplicados como norteadores para elaboração de projetos das Instituições de Ensino Superior relativos aos Cursos de Graduação em Farmácia (Anexo 02).

3. Os norteadores aqui publicados indicam conhecimentos, habilidades e competências considerados essenciais para garantir que a formação farmacêutica seja reorientada no sentido de atender as demandas da sociedade e do sistema de saúde brasileiro.

4. Intensiona-se, com a divulgação destes norteadores, colaborar na construção dos projetos para concorrer ao Programa Pró-Saúde.
5. Os norteadores descritos comporão parte dos critérios para a avaliação dos projetos (multiprofissionais ou apenas de Cursos de Farmácia) encaminhados para concorrer ao Programa Pró-Saúde.
6. Contatos com a equipe do DAF/SCTIE/MS podem ser realizados através do e-mail educacao.af@saude.gov.br

Atenciosamente,

DIRCEU BARBANO

Diretor DAF

ANEXO 02

Prioridades para formação do Profissional Farmacêutico no atendimento das demandas do Sistema Único de Saúde.

Formação e qualificação de profissionais, no âmbito da gestão do Sistema, da gestão e desenvolvimento da assistência farmacêutica e da atenção à saúde:

1. Com domínio e capacidade de aplicação dos princípios e diretrizes do SUS no processo de gestão do sistema, com impactos na tomada de decisão e suas conseqüências na estruturação de serviços e ações de assistência farmacêutica nos diferentes níveis de atenção à saúde.
2. Preparados para a gestão e execução de ações de promoção e proteção da saúde, na perspectiva da integralidade da atenção.
3. Para o processo de estruturação, gestão e desenvolvimento dos serviços de assistência farmacêutica.
4. Para desenvolver ações de saúde voltadas para o uso racional dos medicamentos e resolubilidade da atenção.
5. Para a gestão e execução do processo de seleção, programação, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos necessários para as ações de atenção à saúde.

6. Para a gestão e desenvolvimento do processo de monitoramento, controle e avaliação dos serviços de assistência farmacêutica.
7. Para a gestão e desenvolvimento do processo de avaliação de tecnologias em saúde.
8. Para a gestão e o desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao âmbito profissional farmacêutico, de interesse da saúde pública (incluindo medicamentos e produtos afins, métodos diagnósticos e de análises de produtos, materiais e alimentos).
9. Para o desenvolvimento de ações de Vigilância em Saúde (Sanitária, Epidemiológica e Ambiental).
10. Para a gestão e desenvolvimento de sistemas de tecnologia de informação necessários às ações de atenção à saúde.
11. Para desenvolver ações multiprofissionais direcionadas à farmacoterapia racional e a obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados para a melhoria da qualidade de vida dos usuários.
12. Para o acompanhamento e avaliação da utilização de medicamentos e insumos, inclusive os medicamentos fitoterápicos, homeopáticos, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.